

LEI N°. 17.229, de 20 de abril de 2007.

Retifica a Lei N°. 17.213, de 09 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marabá, no uso de suas atribuições legais e, em especial, com apoio nos art. 66, incisos, II, III, VII e XIII da Lei Orgânica do Município de Marabá, faz saber que a Câmara Municipal de Marabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do art. 6º da Lei nº. 17.213, de 09 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

## "...omissis,

Art. 6° - Para garantir o princípio de democracia participativa e descentralizada, o Município de Marabá será dividido em dezesseis Distritos Administrativos conforme o Mapa Municipal (MAPA 02 em anexo), a saber:"

Art. 2º - 0 §2º do art. 14 da Lei supra, passa a vigir com a seguinte redação:

"Art. 14...

## ...omissis;

§ 2°. Para efeito desta Lei, é considerada como área não edificável a área de cota altimétrica abaixo de 82,00 (oitenta e dois) metros, definida no mapa do levantamento aerofotogramétrico que gerou a base cartográfica dos núcleos urbanos de Marabá, que é parte integrante desta lei.

Art. 3° - Os §§: 2°, 3° e 4°, do art. 42 serão renumerados para: §§ 1°, 2° e 3°; respectivamente.

Art.  $4^{\circ}$  - As alíneas: d, e, f, g, h e i, do inciso I, do art. 77, passam à vigorar na ordem: c, d, e, f, g e h; respectivamente.

Art. 5° - A alínea "b", do Inciso V, do art. 77 passa a vigir com a seguinte redação:





"Art. 77 - omissis...

V - omissis...

. . .

b. Estabelecer faixas não edificáveis para manejo da macrodrenagem garantindo espaço físico suficiente e necessário para os serviços de manutenção, sendo a cota de 82,00 (oitenta e dois) metros o limite mínimo permitido para o licenciamento de edificações novas e de alterações de usos nos distritos da sede municipal (Art. 14 \$2°)";

Art. 6° - As alineas: "l" e "m", do Inciso I, do art. 89, passam a vigorar na ordem: "k" e "l"; respectivamente.

Art. 7° - Renumerar os artigos 141 ao 170, para: 140 a 168, por sua respectiva ordem.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marabá-PA, Estado

do Pará, em 20 de abril de 2007.



